

bem claro, para aqueles que ainda nutrem dúvidas, o caráter antipopular e anti-progredista do Chefe do Executivo paulista, o Sr. Carvalho Pinto. A tão trombetada intenção de receber sugestões e emendas ao projeto, reduziu, no final das contas, no acolhimento de opiniões dos latifundiários e seus porta-vozes, enquanto que, por outro lado, fez-se ouvidos surdos às sugestões verdadeiramente construtivas, como aquelas feitas pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), e com relação às contidas nas resoluções do 2.º Congresso dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

É de se lamentar também que o recinto desta Casa tenha sido transformado numa espécie de mesa-redonda do latifúndio pela Comissão de Economia, enquanto ali se processa a discussão da matéria. Principalmente porque entidades de trabalhadores, como a ULTAB, não foram ouvidas.

Como representantes do povo nesta Casa, cabe-nos o dever de indagar das causas que motivaram o surgimento de projetos que pretendem "revisar" a atual estrutura agrária. Antes de mais nada, vale a pena recordar a grande campanha de imprensa que precedeu a apresentação do projeto de "Revisão Agrária" e a febril atividade do Sr. Secretário da Agricultura, promovendo debates, conferências, em vários municípios de nosso Estado, na defesa do projeto em preparo. Acusado da intenção manifesta de lançar a confusão na mente de milhões de trabalhadores agrícolas, que almejam a posse de uma parcela de terra, e da tentativa de frear as forças crescentes cujos limites transbordam os quadros do proletariado e do campesinato, que pugnam por verdadeiras medidas de reforma agrária capazes de eliminar os entraves que o latifúndio interpõe ao progresso e à dinamização da nossa economia, existem os fatores objetivos que determinam a necessidade de introduzir modificações nas relações de produção pré-capitalistas onde elas estão ainda a imperar.

Estes fatores se prendem ao processo de desenvolvimento econômico, mormente o referente à industrialização, cujos índices e ritmo de crescimento são, em nosso Estado, os maiores do País. Este progresso, malgrado a deformação que lhe imprime a nefasta influência dos trusts e monopólios estrangeiros, contrastam com o pequeno avanço conseguido na economia agrícola ou, mesmo com estancamento e o grande atraso existente em certas regiões. Claro está que esta situação de atraso é altamente prejudicial aos interesses da industrialização, que tem para com a economia agrícola duas exigências fundamentais: a de fornecer-lhe as matérias primas de que necessita em boas condições de qualidade, volume e preços, e a de servir-lhe de campo propício para o escoamento dos produtos manufaturados. Como estas exigências estão longe de serem cumpridas, estabelece-se uma contradição. Na realidade não fundamental, entre os interesses do capital industrial e os do latifúndio improdutivo. É este o sentido da iniciativa do Executivo paulista e de seu projeto de revisão agrária, assim como do substitutivo ora apresentado à nossa apreciação.

O próprio Secretário da Agricultura, Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, defensor oficial do projeto, qualificou-o aqui nesta Casa de "pioneiro" e de "timido". Se "pioneiro" é a bússola de que se utiliza orienta o rumo aos interesses das classes dominantes e a sua "timidez" muito se aproxima da condição de paralisia, já que não trará nenhum verdadeiro alento à nossa economia, antes, ao contrário, continuará favorecendo as causas que lhe tolhem o progresso.

Na realidade tanto o projeto como seu substitutivo não se propõem a combater o latifúndio mas visam tão somente tomar algumas medidas contra o latifúndio improdutivo.

Do ponto de vista histórico, uma tal iniciativa tem caráter progressista, mas, levando-se em conta as necessidades de um autêntico desenvolvimento de nossa economia e os interesses de centenas de milhares de trabalhadores sem terras, é reacionário e deve ser frontalmente combatido. As soluções preconizadas visam apenas levar o mais suavemente possível o latifúndio atrasado e improdutivo à adoção de medidas de racionalização da produção e sua intensificação e à utilização da técnica moderna aos métodos de cultivo. Mas o latifúndio e a grande propriedade continuam beneficiando-se dos favores da lei e do projeto que ora discutimos.

Com as centenas de milhares de trabalhadores rurais das mais diversas categorias, tanto o projeto como o substitutivo não revelam a mínima preocupação, não se acena com nenhuma solução para sua situação de miséria; a eles não se dá a menor perspectiva a menor das esperanças. Não serão eles, certamente, que estarão em condições de beneficiar-se das vantagens da nova lei que se pretende votar e estão longe de possuir os 500 mil cruzeros para aquisição dos lotes que o Estado colocará à venda. Em definitivo, a iniciativa do Executivo paulista se resume na tentativa claudicante de combater os métodos pré-capitalistas da produção agrícola, mas reforça o princípio do monopólio da terra e objetiva a criação de uma burguesia rural, ao mesmo tempo em que alija dos benefícios da lei toda uma legião de trabalhadores do campo.

O Sr. André Nunes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) — Nobre deputado, V. Exa. tem razão na exposição que vem fazendo e verá V. Exa. que também tinha eu razão quando, numa das sessões de ontem, ao apartar o ilustre deputado Ciro Albuquerque, dizia que, a par de ser uma tentativa, ainda que tímida, de ir derrubando, ir minando aquele conceito tradicional da propriedade que certas forças ainda persistem em manter íntegro na defesa mesmo da propriedade anti-social, o projeto tinha um aspecto que também é defensável e é o que se conclui da exposição de V. Exa.: servirá para dinamizar a própria Secretaria da Agricultura e impor novos métodos de orientação e organização da agricultura, numa tentativa de aumento da produção, valorizando, inclusive, os técnicos da Secretaria da Agricultura, os agrônomos e os veterinários, em benefício da própria agricultura. V. Exa. tem ampla razão. O projeto para mim se apresenta como V. Exa. o vem identificando, o que me leva às mesmas críticas e me conduz também a aprová-lo, porque o considero um primeiro passo, e muito importante, na orientação, na condução do homem que trabalha a terra à sua posse, em futuro muito próximo.

O SR. LUCIANO LEPERA — Muito obrigado ao nobre deputado André Nunes Júnior, que, como sempre, aparta para ajudar o orador...

O Sr. André Nunes Júnior — Muito obrigado.

O SR. LUCIANO LEPERA — ... demonstrando, assim, a sua preocupação com os problemas sociais da nossa pátria e demonstrando ser aquilo, aliás, que todos reconhecem na personalidade de S. Exa.: um democrata, um liberal, um homem de espírito público e que na vida pública sempre trabalhou, e trabalha ainda, naquele alto sentido de debater assuntos, debater problemas sociais a fim de que, através de todas as discussões, no parlamento ou fora dele, consigamos, amanhã, o que todos nós sonhamos. Por mais divergentes que estejamos, às vezes, em campanhas diferentes, no fundamental, tenho a certeza, todos almejamos para amanhã aquele Brasil com o qual todos nós sonhamos, um Brasil mais feliz, mais próspero para oferecer a seu povo dias mais felizes.

De modo que agradeço sinceramente o aparte ao nobre deputado André Nunes Júnior, porque, repito, S. Exa. é um deputado que aparta não para tirar o orador da sua tese, não para tumultuar, não para sofismar, não para usar de subterfúgios, mas aparta para concordar ou discordar, sempre, enfim, com o intuito de discutir honestamente e, fazendo-o, colaborar para que, da discussão, tenhamos a luz.

O Sr. André Nunes Júnior — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. LUCIANO LEPERA — Aliás, o nobre deputado André Nunes Júnior situou muito bem a nossa posição, que, convém acentuar, não é idêntica à daqueles que combatem o projeto sistematicamente, porque, ao que tudo indica, são contra a tese da reforma agrária. Ao mesmo tempo, porém, não poderíamos concordar "in touto" com o projeto, com o substitutivo, porque partimos do ponto de vista da classe operária e dos milhares de camponeses sem terra. Por isso, situamos bem nossa posição: o projeto, de um lado, se se partiu do interesse da classe operária e dos camponeses, é reacionário, porque, de fato, não possibilita, não dá perspectiva, não dá esperanças, não dá acesso à terra a milhares de camponeses; mas, sob o ponto de vista histórico, situando-se o Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira na sua classe social, como burguês, como capitalista, então, o projeto é, sem dúvida, progressista, embora timidamente, porque o projeto interessa também ao capitalismo, é de interesse do desenvolvimento do capitalismo. Reforma agrária, repito, sempre é medida capitalista. É de interesse do desenvolvimento do capitalismo, e não se interessa ao setor mais intransigente dos latifundiários bem como à indústria e ao próprio comércio.

Continuando, Srs. deputados, diremos mais o seguinte: Quais os resultados práticos da aplicação das medidas ora preconizadas? A experiência histórica de vários países dizem bem alto da sua mediocridade e da sua ineficiência. O mercado interno e a produção continuam periclitantes e as pequenas vantagens porventura conseguidas são insignificantes e de caráter fugaz. Ao lado disso, frente ao latifúndio todo-poderoso, continua o processo de arrolamento dos pequenos proprietários, a intensificação da miséria dos trabalhadores e o incremento do êxodo rural com a procura dos grandes centros de produção industrial.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) A Presidência informa ao nobre deputado Luciano Lepera que o tempo de S. Exa. está esgotado. Está inscrito para falar favoravelmente à proposição o nobre deputado Almeida Prado.

O SR. ALMEIDA PRADO (Para reclamação) Sr. Presidente, cedo o meu tempo ao nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o nobre deputado Luciano Lepera, por 30 minutos, por cessão do nobre deputado Almeida Prado.

O SR. LUCIANO LEPERA — Agradeço ao nobre deputado Magalhães de Almeida Prado a gentileza de permitir comigo o seu tempo.

E continuando, Sr. Presidente e Srs. deputados, vamos dizendo o seguinte: é para estes resultados que se pretende arrastar a economia agrícola de nosso Estado, apesar das cores vísceras com que o quadro é pintado. Segundo cálculos feitos por competente economista estudioso da matéria, com o atual projeto do Sr. Carvalho Pinto, levaríamos 400 anos para levar a cabo a reforma agrária em nosso Estado. Será isso compatível com os interesses econômicos de nosso Estado e com as necessidades dos trabalhadores rurais?

É de se lastimar, ainda, que o alto clero de São Paulo, pela voz de seus bispos, sancione com suas bênçãos um projeto tão atrasado e discriminatório. A atitude do alto clero paulista é mais progressista que a assumida por dois bispos que aqui estiveram, autores do livro intitulado "Reforma Agrária — questão de consciência", obra super-reacionária. (Muito bem.) Mas, o alto clero deveria era preconizar uma autêntica Reforma Agrária e lutar por ela a fim de que a terra não continuasse monopolizada por alguns — o que é anti-democrático, anti-social e anti-cristão. (Muito bem.)

Convém, pois, repetir a minha afirmativa, para que não pairam dúvidas sobre ela, amanhã ou depois. É preciso ver a situação aqui citada, de dois bispos que aqui compareceram — ilustres clérigos e ilustres economistas, sem sombra de dúvida, autores do livro intitulado "Reforma agrária — questão de consciência" — que se mostraram de um reacionismo fora do comum, tão profundo que nem a Igreja Católica Apostólica Romana adota. (Muito bem!)

O Sr. André Nunes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) — Realmente, V. Exa. tem razão, porque os dois ilustres prelados são tão reacionários, que se pode aquilatar o seu reacionismo pelo próprio título do livro: "Reforma agrária — questão de consciência". É o mais reacionário que se possa imaginar.

O SR. LUCIANO LEPERA — Pelo título: V. Exa. tem razão, porque na opinião daquelas elementos reacionários, reforma agrária seria questão de consciência, como a querer dizer que o latifundiário, se tivesse consciência para dar terra aos trabalhadores do campo, aos camponeses, daria então, mas se não tivesse essa consciência, daqui a vinte mil anos estaríamos na mesma situação: os trabalhadores da terra estariam à espera de que um dia desse um "estalo de Vieira" na cabeça de cada um dos proprietários e que estes se tornassem cristãos, bonzinhos e dessem terra aos camponeses, sem luta.

O Sr. André Nunes Júnior — (Com assentimento do orador) — Apenas para dizer que há muita gente que coloca a consciência no coração.

O SR. LUCIANO LEPERA — Mas há quem a coloque no estômago.

O Sr. André Nunes Júnior — Seria admitir, a estar de acordo com os prelados que a reforma agrária estaria sujeita apenas ao sentimentalismo dos latifundiários dos proprietários das terras, o que é um absurdo, no conceito moderno da propriedade.

O SR. LUCIANO LEPERA — Exatamente. V. Exa. apreendeu muito bem o meu pensamento. Ia dizendo, então, que o meu dever era definir bem a atitude de uns e de outros clérigos. Esses dois, autores dessa obra super-reacionária, são super-reacionários e estão num atraso social fora do comum.

— (Vozes no plenário).

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — A Presidência solicita a atenção dos Srs. deputados. Há um orador na tribuna, o nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA — No entanto, convém frisar que, se tecei ligeiros comentários contra o alto clero paulista que, através dos Srs. bispos, apoiaram este projeto, então preciso frisar: acho que a posição assumida anteriormente pelos dois bispos, de Jacarézinho e Campos, é posição super-reacionária. Parece-me que os Srs. bispos, que se reuniram posteriormente e concordaram com este projeto, deveriam, na minha opinião e de acordo com os princípios do capitalismo, de acordo com a evolução do mundo, que faz com que a Igreja evolua, deveriam combater este projeto, inclusive seu substitutivo, clamando aos poderes públicos para que fizessem uma reforma agrária mais avançada, de acordo com o que foi feito em outros países cristãos e democráticos da órbita do mundo ocidental.

Por isso, faço questão de frisar esta atitude.

Tornamos a repetir que o fato de se tomar medidas contra o latifúndio improdutivo é louvável, mas este aspecto torna-se insignificante e não pode esconder sua essência malfética, discriminatória, acarretando na prática a protelação das medidas avançadas que já se tornam uma premente necessidade. O caminho é outro. O que o desenvolvimento da nossa economia está a reclamar, sem mais delongas, são verdadeiras medidas de modificação da nossa arcaica estrutura agrária. O que de necessitamos é uma verdadeira reforma agrária, que elimine o monopólio da terra, que liquide o latifúndio e promova o acesso à terra às centenas de milhares de famílias camponesas. Mudar-se assim, a fisiologia agrícola de nosso Estado. Fixar-se a homem à terra, acabando-se com o êxodo rural. Consagrar-se a advento de milhares de novos produtores, possuindo um real poder aquisitivo. Incrementar-se a produção e aprimorar-se a sua qualidade. Abasteceríamos a indústria de matéria prima abundante, barata e de alto padrão. Criaríamos um verdadeiro mercado interno capaz de absorver a produção fabril. Elevaríamos o nível de vida tão baixo das nossas populações rurais, primeiro passo sério para liquidar a fome, o analfabetismo e os drôes da civilização moderna.

É este o único caminho compatível com os interesses do progresso de nossa economia e de nossas populações rurais. É este o caminho que oferecemos à consideração de nossos pares, no qual poderíamos hoje dar os primeiros passos. É este o caminho com que, desta tribuna, acenamos ao povo paulista, e que será trilhado, mais cedo ou mais tarde.

Tendo assim definido nossa posição, não podemos deixar de abordar o projeto de revisão agrária e seu substitutivo, embora dela estejamos tão afastados. Assim procedendo, estaremos apenas cumprindo, no caso, o dever que nos cabe. Dissemos que o substitutivo é uma versão piorada do projeto original, e essa piora se torna patente, logo no artigo 1.º, com a modificação de pequena propriedade, antes enquadrado nos limites de 50 hectares e agora, segundo a nova redação e de acordo com os próprios termos do Executivo... abolido o critério rígido de área e adotada uma definição elástica". Cumprir dizer que esta tenção do conceito de pequena propriedade, tal como se encontra redigido no artigo 1.º do projeto inicial.

A piora do substitutivo se manifesta também no alívio das medidas preconizadas contra o latifúndio improdutivo, que se tornam inoperantes pelos prazos concedidos, as dilatações possíveis assim como as escapatórias e a possibilidade de burla à lei.

Somos contrários à adoção dos seguintes artigos e parágrafos:

- 1 — Artigo 18 em seu todo.
- 2 — Item I do Artigo 2.º. Propugnamos pela total isenção do imposto, até o limite de 50 hectares.
- 3 — Artigo 21. Propomos 20%, ao invés de 10%. No parágrafo 1.º advogamos o limite de 50, ao invés de 20 hectares.
- 4 — Artigo 24. Propomos elevar a 20% o limite, ao invés dos 10% preconizados.

5 — Art. 27 — Propomos substituir 30% por 50% e, no parágrafo 1.º do mesmo, fazer idêntica substituição.

6 — Art. 29 — Alterar a composição do conselho de Revisão Agrária, dêle incluindo 5 representantes dos principais sindicatos e federações de trabalhadores do Estado, assim como de 2 representantes paulistas da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

Reconhecemos que algumas melhorias foram introduzidas no substitutivo, mormente as que se referem à moradia, ao ensino e à assistência médica, manifestando-nos favoráveis à sua adoção.

Defendemos a inclusão, no substitutivo, das seguintes emendas, de autoria de vários deputados, inclusive as de minha autoria: as de números 3, 4, 5, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 39, 40, 41 e 54.

Ao fazermos críticas ao projeto de revisão agrária e seu substitutivo e ao apontar as soluções cabíveis ao caso, estamos cientes de que não conseguiremos modificar, a não ser em pequena escala, a sua essência prejudicial. Estamos apenas cumprindo um dever em semelhante ocasião.

Sr. Presidente e Srs. deputados, a discussão do problema agrário ultrapassa os limites de nosso Estado e os desta Assembleia. No Pará, em Pernambuco, em Goiás, em Santa Catarina, discute-se a matéria. Discutiram-na também organizações de classe, tanto dos proprietários como dos trabalhadores. Com ela se preocuparam congressos de operários e reuniões do alto clero, mas isto é o fundamental: dela se apossam as grandes massas do povo brasileiro. Nesta discussão, cheia de contradições e choques, eleva-se e predomina um brado poderoso: o da Reforma Agrária, cuja intensidade se avoluma a cada hora que passa. Como representantes do povo, ouçamos a vez dos que clamam pela terra. É o que reclamamos os interesses do nosso progresso econômico. É o que nós esperamos o povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)